



Anais da Assembléia

Nº 21

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 31 DE MARÇO DE 1978

ANO IV

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 19.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 1978

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e José Domingos Scarpelini.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está em discussão a ata da sessão anterior. — (Pausa).

Em votação. — Aprovada a ata. Apenas uma observação: não consta da mesma o aparte de solidariedade do Deputado Waldenício Barbalho quando usava da tribuna para debater as declarações à imprensa, do Deputado Wilson Fortes. Determino à gráfica que elabora a ata, que faça a devida correção.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTO:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscrive, requer após ouvido o Plenário, a transcrição na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, da "NOTA DE REPÚDIO", assinada pelos Diretórios Centrais dos Estudantes da PUC e UFF, e publicada pelo jornal "O Estado do Paraná", cujo recorte, anexamos.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho. — (Declina).

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Senhor Presidente, temos dois assuntos para tratar na sessão de hoje. O primeiro, é costu-

me saudar com votos de boas vindas, todos aqueles que chegam em busca de um lugar ao sol. Quem surge, imbuído de ideal e espírito de luta, merece consideração e respeito. Estamos nos referindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao novo jornal que começou a circular em Londrina. Trata-se de disposição de Jurandir de Almeida, Alceu Moraes e outros companheiros que ousaram sonhar com o jornal, um idealismo, de audácia, de pureza, nas ruas de Londrina. A idéia impressa pelo valor das coisas eternas, e a mostra de que a capacidade de publicar é inerente ao próprio homem. O jornal jamais é uma causa. Ele é isso sim, um efeito de que os anseios da comunidade provocam. Ao circular, o "Diário da Manhã", vem corresponder ao volume de informações que uma cidade do porte metropolitano de Londrina, deva ter. Ao "Diário da Manhã", as congratulações do Poder Legislativo.

Senhor Presidente, outro assunto nos traz à tribuna no dia de hoje:

Qual o estado básico da opinião pública brasileira, nestes dias finais de março de 1978, passados 14 anos da Revolução? A opinião pública nacional está reclamando liberdade de movimentos, liberdade de comportamento, liberdade de escolha ampla, inclusive dos governantes.

Se analisarmos a situação política do País, descobriremos que os pressupostos de 1964 não são os mesmos de 1978. Hoje a opinião nacional quer abertura, por estar convencida de que é num quadro de Democracia sem adjetivos que conseguiremos realizar as aspirações nacionais de desenvolvimento, de justiça social, de respeito nos direitos humanos.

A opinião nacional quer claramente delimitar os direitos do Estado, para que não sufoquem os direitos do cidadão. Não quer mais a hipertrofia do Estado, baseada numa doutrina de tensão permanente. Porque sabemos que o Brasil é um País da Civilização Ocidental e que nunca irá desmentir seus princípios de auto-governo, de respeito à pessoa humana, derivados da grande lição do Cristianismo.

Porque queremos o Estado e queremos a pessoa respeitada, porque queremos a lei feita pelo Parlamento como delegado do povo; porque desejamos o Executivo controlado pela opinião nacional, é que proclamamos a importância do retorno à ordem democrática.

A manifestação do povo é visível, nesta direção. Os atos de excesso, como os ocorridos em Curitiba nas últimas semanas, com a prisão de jornalistas e intelectuais a partir de meras suposições de agentes policiais, foram firmemente desconsiderados. A opinião nacional não aceita mais a invocação aos demônios medievais de um marxismo roto — que a própria História se encarregou de superar. Nem a caça às bruxas que justificou tantos atos de arbítrio num passado recente.

Hoje todos queremos a ordem, no sentido do respeito que o próprio Estado deve ao ser humano, sujeito e fim de todas as coisas. Fora daí a ordem se converte e, opressão da máquina estatal naquele sentido criticado por pensadores ocidentais como Huxley, Orwell e já agora antevisto pelos dissidentes soviéticos que acabaram rejeitando a onisciência dos burocratas do Partido Comunista.

A Democracia é o maior bem que a Civilização Ocidental nos legou. O melhor dos regimes, na expressão lapidar de Churchill. Negar ao povo brasileiro a Democracia plena, acabada, definitiva, em nome de um preselitismo de minorias é militar num caminho estreito e perigoso, que a opinião nacional rejeita.

Saudamos os idos de março de 1978, com a esperança de que a Democracia vem, porque "nada mais é mais forte do que

uma idéia cujo tempo chegou".

São estas, Sr. Presidente, as nossas palavras a respeito do dia.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Vila Nossa Senhora da Luz desta Capital é uma das mais importantes de Curitiba com uma população que acresce a trinta e cinco mil habitantes, além da sua fase crescente na constância do tempo.

É uma das vilas mais produtoras de trabalho, da Capital do Paraná. É uma vila essencialmente de operários, de homens, mulheres, jovens, que madrugada a dentro de todos os dias, se destinam nas grandes filas de coletivos para se dirigirem ao trabalho de cada dia, nos quatro cantos da metrópole.

Não se sabe porque, mas me parece que já é de costume a administração pública deste País, criar problemas e mais problemas, principalmente às classes laboriosas desta Nação. O Departamento de Transportes da Prefeitura Municipal de Curitiba, houve por bem, no dia 29 do corrente mês, de promover modificação de localização de ponto de coletivos municipais, naquela vila e acima de tudo, para tristeza da própria administração municipal dos transportes coletivos, diminuir três ônibus regulares, três coletivos de transporte daquela população obreira, daquela localidade de Vila Nossa Senhora da Luz. Ontem, pudemos sentir de perto, que a revolta daquele povo é tão grande porque têm eles, como preocupação muito séria, a impossibilidade de se locomoverem, nos horários certos para o seu trabalho de costume.

Devo, para que conste dos Anais desta Casa, deixar aqui a minha manifestação de preocupação com o caso, porque senão fosse os nossos companheiros integrantes do Sub-Diretório do MDB existente na Vila Nossa Senhora da Luz, talvez, na data de ontem, teria ocorrido o fato de depredação de coletivos daquela localidade. Mas, o espírito pacífico da Oposição, a preocupação de paz do meu Partido, fez com que os integrantes do sub-diretório partidário daquela localidade, passassem, digo, pedissem à população, que tivesse calma, porque providências seriam tomadas, a fim de que as linhas regulares fossem mantidas e o povo obreiro daquela localidade, não fosse prejudicado na sua caminhada de trabalho.

Em data de hoje, logo de manhãzinha, o Presidente do Diretório Municipal de Curitiba, manteve diálogo com o responsável pelo setor de transporte coletivo da Prefeitura Municipal que prometeu, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a resolução, imediata, do assunto. Se por ventura isso não acontecer até segunda-feira, nós iremos requerer, não só através deste Poder que não deveria nem se ater à Administração Municipal mas, também, através da Câmara de Vereadores de Curitiba, que são os verdadeiros e legítimos representantes dos anseios do povo da grande Metrópole.

A grande verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que a Administração Pública deste País comete erros constantes e erros aberrantes, como este cometido, recentemente, na Vila Nossa Senhora da Luz e, que esperamos seja solucionado até segunda-feira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao quinto orador inscrito, Deputado Sr. Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O MDB do Sul do País, por seus presidentes regionais, por suas lideranças de bancadas estaduais, reuniu-se esta semana, em Porto Alegre, para análise de questões partidárias e para a avaliação do momento nacional. Para que esta Casa registre e, sem me ater, neste Pequeno Expediente, a outros comentários, faço, Sr. Presidente, a leitura de documento elaborado e expedi-

do nessa reunião. (Lê):

"Na Sala da Maioria da Assembléia Legislativa, reunidas as Comissões Executivas dos Diretórios Regionais do MDB do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, juntamente com as lideranças das Bancadas nas respectivas Assembléias Legislativas, foi analisada a conjuntura nacional em face do arbítrio imperante no País.

Foi resolvido, então:

1. — Denunciar a chamada "Lei Falcão" como instrumento de opressão que afasta o povo do conhecimento da realidade nacional, impedindo os Partidos de acesso ao rádio e à televisão, para o diálogo democrático. Dessa forma, a "Lei Falcão" se fez o símbolo do autoritarismo vigente.

2. — Denunciar o diálogo proposto pelo Governo, como forma de engodo das Oposições brasileiras, pois o verdadeiro diálogo, num regime democrático, só é possível com a garantia das liberdades fundamentais e sob o império de lei que garanta a independência e harmonia entre os Poderes da Federação.

3. — Denunciar a censura, reafirmando nossa posição histórica, favorável à liberdade de pensamento e de expressão em todas as áreas da vida brasileira.

4. — Denunciar o abuso de poder, caracterizado pelas recentes prisões e seqüestro no Paraná, de profissionais liberais e estudantes, que evidencia o clima de insegurança gerado pelo caos jurídico, oriundo da violência do Estado autoritário e da excepcionalidade do sistema.

5. — Denunciar o aviltante processo de nomeações de Governadores e Senadores "biônicos", que importa na marginalização do povo da escolha dos seus governantes. Reafirmamos que o MDB não participará dessa farsa homologatória.

6. — Denunciar o modelo econômico elitista e concentrador de renda, que impõe a política de arrocho salarial, impotente para conter a inflação e deter o aumento galopante do custo de vida.

7. — Denunciar a escandalosa proposta do Senador arenista José Lindoso de mobilização eleitoral de todos os órgãos públicos, das empresas de economia mista, das escolas públicas e particulares em favor da ARENA, expressão que é da ilegalidade do tráfego da influência, caracterizando despuadora corrupção eleitoral.

8. — Cumprir ativamente o preceito programático de luta pela anistia ampla e irrestrita, participando de todas as frentes populares que se abrirem, para o alcance desse superior objetivo de pacificação da família brasileira.

Lamentar, em consequência, a nota expedida por comando militar, que afirmou ser a luta pela anistia obra de "uma minoria mesquinha".

Reafirmamos que a luta pela anistia ampla e irrestrita faz parte do programa do MDB, anotado no Tribunal Superior Eleitoral, e significa o esquecimento dos ódios do passado em favor da necessária e urgente reconciliação nacional.

9. — Intensificar a campanha pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, cujo objetivo é o ordenamento jurídico da Nação a partir do pensamento de todos e dos valores eternos da Liberdade, do Direito e da Justiça.

Aos civis e Militares — estes, enquanto brasileiros e militares — interessa o retorno do Brasil ao Estado de Direito, na Democracia que promoverá o reencontro de toda a sociedade brasileira.

Porto Alegre, 29 de março de 1978.

(aa) EUCLIDES SCALCO

Presidente do Diretório Regional do MDB do Paraná

Deputado ENÉAS FARIA

Líder da Bancada do MDB à Assembléia Legislativa do Paraná

Deputado Dejandir Dalpasquale

Presidente do Diretório Regional do MDB de Santa Catarina

Deputado ROMILDO BOLZAN
Secretário Geral do Diretório Regional do MDB
do Rio Grande do Sul

Deputado CARLOS AUGUSTO DE SOUZA
Líder em Exercício da Bancada do MDB
à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul"

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Consulto a liderança do MDB se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. ENÉAS FARIA — Usará da palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Talvez não seja muito apropriado trazer este assunto para a Assembléia Legislativa, mas eu acho que como representantes do povo e da opinião pública, ao menos de minha parte e no entendimento de muitos colegas meus, do MDB, não podemos silenciar ante um acontecimento que envolve todo o Brasil. Ninguém desconhece da forte inclinação do brasileiro pela prática do futebol.

Detalhe curioso, até ontem na visita do Presidente Carter, na sua primeira saudação ao pisar em terra brasileira, fez referência ao nome de um atleta brasileiro. Tal é a importância que o Esporte assumiu nesta terra e tal é, o poder de sensibilizar a opinião pública desta Nação.

Sr. Presidente, em data de ontem, um dos maiores centros esportivos deste País, o Estado de Minas Gerais, levantava nas manchetes dos seus jornais, a denúncia a um fato estarrecedor que vem acontecendo e que está sendo acompanhado, por todos os 110 milhões de esportistas deste País. Trata-se, Sr. Presidente, da verdadeira campanha de perseguição que a cúpula da CBD e, especialmente a Comissão Técnica, vem desenvolvendo contra o atleta Reinaldo; goleador legítimo, goleador autêntico, o homem que conseguiu no último campeonato brasileiro, mercê de suas qualidades técnicas, de seu preparo profissional, da sua inusitada vocação de homem-gol, conseguiu ser o artilheiro deste campeonato, dos campeões mundiais de futebol.

Pois bem, Sr. Presidente, num passe de mágica, a Comissão Técnica começa através inclusive, do Presidente da Confederação Brasileira de Desportos, o Almirante Heleno Nunes, a apresentarem até defeitos físicos, para irem criando, solapando, desestimulando este garoto, que tem apenas 19 anos de idade, lhe tirando até as condições morais, de permanecer no "scratch" brasileiro, e tudo isso, o mais grave disso, é porque este rapaz, símbolo da juventude que a qualquer custo, quer vencer neste Brasil, este rapaz, teve a ousadia e teve a coragem de pensar alto nesta Nação. Porque quando o Sr. Edson Arantes do Nascimento, compareceu ao Congresso Nacional, e depois de devidamente indus-triado pelo Ministro da Justiça, foi ao Plenário do Congresso Nacional, para a vergonha dos brasileiros e vergonha dos representantes do povo brasileiro, dizer a eles, de que o povo não estava preparado para votar, de que o brasileiro não estava preparado para votar.

O grande crime de Reinaldo, foi o de afirmar a um jornal voz oficial, da Oposição nesta terra, de que o povo está preparado para votar e de que o povo sabe escolher.

Este, é o grande crime de Reinaldo, depois de ter sido convocado, ter feito essas afirmações. Porque outros que fizeram essas afirmações anteriormente, como o atleta Paulo Cesar, indiscutivelmente, um dos maiores valores técnicos do nosso futebol, foi simplesmente barrado na Seleção Nacional.

Por isso, Sr. Presidente, não posso me conformar, quando a caça às bruxas — quando o macaquismo que infelizmente, parece gracejar nos meios oficiais desta Nação; quando a Comissão Técnica, prepara um regulamento tão rígido, que foi intensamente criticado por toda a Imprensa especializada, do Esporte

nesta terra, porque me parece que se quer fazer da Seleção Brasileira, um prolongamento dos quartéis, que infelizmente para nós, hoje parecem adentrar-se por todas as partes desta Nação.

Por isso, Sr. Presidente, lavro aqui, e deixo consignado, o meu voto de protesto, contra a atitude do Presidente da Confederação Brasileira dos Desportos, Almirante Heleno Nunes, que não tem poupado declarações à Imprensa, da falta de condição física deste atleta.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Eu não sei se é hoje, ou se é amanhã, mas o fato é que movimentos estão aí, a aniversariar.

É verdade que todas as posições e até a do futebol, está sendo objeto de colocação e do dirigismo político.

Este País, que há poucos dias ouviu de viva voz, uma posição de repúdio àqueles que foram vítimas de seqüestro. Assiste há muitos anos, o banimento de mais de 10 mil pessoas que vivem no exílio, de mais de mil presos por motivos ideológicos. Centenas de cassados, parlamentares, homens de lideranças sindicais, estudantes e, ainda há poucos dias, eminente Deputado, assistíamos estarrecidos e sobretudo, nós de Cascavel, onde também Cascavel foi picada pela cobra dos homens que dirigem o Governo. Nem cascavel, não é, como diz o Deputado Maurício Fruet, uma jararaca.

E a jornalista de Cascavel, moça de princípios cristãos, foi confinada, juntamente com outros jornalistas. Este é o quadro que nós vemos no Brasil. E agora eu tenho quase que certeza, para penitência da vocação esportiva que sempre inspirou entusiasmamente o povo brasileiro. Nós haveremos de assistir a derrota do Brasil, lamentavelmente e, por estar mal, mal orientado.

Por estas razões, por estes motivos, por motivos políticos, levados por homens que provavelmente ligados à direção da política nacional, estão a influir o futebol brasileiro. A marginalizar os grandes craques desta Nação, que nascidos e criados muitas vezes em favelas, nessas favelas que são as vítimas do regime que nós vivemos, da forma de governo que nós vivemos. E é justamente para me solidarizar com V. Ex.^a que faço este breve relato para também me posicionar tristemente que estes fatos acontecem só numa Nação grande, formosa e adormecida como o Brasil.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu agradeço o aparte de V. Ex.^a.

Antes de passar a palavra para o Deputado Maurício Fruet, apenas quero dizer que realmente a condição da seleção brasileira deixa dúvidas. Quem compareceu ao alto da Glória, quando a Seleção aqui se apresentou, pôde notar que parece que aos homens que dirigem a Comissão Técnica, não vieram a Curitiba, fazer uma exibição de brasileiros, fazer um treinamento. Porque a simples entrada da Seleção em campo, o esquema policial para proteger a Seleção, deu a impressão a todos os que lá compareceram, de que na realidade o Paraná não é Brasil e que aqui se queria massacrar o jogadores da Seleção Brasileira. Quando pelo contrário, os que compareceram ao Alto da Glória deixando nas bilheterias bons dividendos para a seleção, tinham nada mais nada menos do que a possibilidade de eles verem seus astros. Mas a Comissão Técnicas parece que entendeu que aqui no Paraná se encontrariam talvez todos os comunistas, ou todos os subversivos, ou todos os inimigos da pátria que queriam arrazar, trucidar o Selecionado Brasileiro.

Porque o esquema policial montado no Alto da Glória, para proteger a entrada da Seleção Nacional, parece que só pode sair de uma mente de quem usa muito, segurança, do nosso técnico que até já vem sendo apelidado de o "Técnico Biónico" da Seleção. O que na realidade me parece que o Sr. Capitão Coutinho está querendo trazer umas normas policiais dentro da Seleção.

Eu passo a palavra ao Deputado Maurício Fruet para o aparte.

O Sr. Maurício Fruet – Eminentíssimo Deputado Nilso Sguarezi, eu não vejo preocupação alguma em se exigir dos atletas brasileiros, atestado ideológico. Mesmo porque, sob o comando do Capitão Coutinho, e na base da indireta, com base no AI-5, ninguém irá tirar do Brasil o Título Mundial.

O SR. NILSO SGUAREZI – Sr. Presidente, agradeço o aparte e encaminho à Mesa o seguinte requerimento que, tenho a certeza, não será aprovado nesta Assembléia, porque, toda vez que alguma coisa possa criticar, ou que alguma coisa possa ferir ou chamar a atenção dos homens ligados ao Partido Situacionista, como é o caso do Almirante Heleno Nunes, Presidente da ARENA, na Guanabara, dificilmente a ilustre bancada da ARENA deixará passar este requerimento.

Mas, Sr. Presidente, que fique ele aqui consignado: (Lê) “Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições, requerem seja formulado um voto de protesto contra o Almirante Heleno Nunes e a cúpula da CBD e Comando Técnico da Seleção Brasileira, pelas reiteradas atitudes que visam desprestigiar, inibir e impedir o afloramento das qualidades técnicas e profissionais do atleta Reinaldo, do Clube Atlético Mineiro, criando assim condições, perante a opinião pública para cortá-lo do escrete nacional.

Que da decisão, dê-se comunicação ao atleta e à Confederação Brasileira de Desportos.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1978.”

Era só. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). – Consulto a Liderança do MDB se deseja ocupar os restantes 5 minutos que restam no horário que lhe é reservado?

O SR. ENÉAS FARIA – O Sr. Deputado Fidelcino Tolentino complementará o tempo destinado ao MDB.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para encaminhar à mesa um requerimento, cuja súmula é a seguinte: (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja enviado ofício ao Ex.^{mo} Sr. Governador do Estado, sugerindo-lhe sejam encaminhadas Mensagens propondo o seguinte:

1 – Reclassificação do Pessoal do Poder Judiciário.

2 – Complementação da fixação de vencimentos do Pessoal da Procuradoria Geral do Estado, com reajuste de 38%.

3 – Passagem para a simbologia DAS, dos cargos de Assesores Técnicos Jurídicos e Administrativos das Secretarias de Estado, bem como dos Chefes de Gabinete das Casas Civil e Militar, da Procuradoria Geral do Estado e do Gabinete do Vice-Governador.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Conforme já é do conhecimento de todos, parte da reclassificação do Pessoal do Poder Judiciário já se encontra no Palácio Iguaçu há vários anos, sem que o Anteprojeto tenha andamento.

Quanto ao Pessoal da Procuradoria, Sua Excelência enviou mensagem a esta Casa, antes do reajuste de 38%, o qual deixou de abranger esse novo Quadro, por estar ainda em formação.

Finalmente, por ocasião da adoção da simbologia DAS para alguns cargos em comissão, funções idênticas ou semelhantes deixaram de ser contempladas com o mesmo tratamento.

Ao invés de emendarmos o projeto de lei que as criou, entendemos ser mais conveniente para a administração, estudo mais acurado, procedido na própria fonte que se serve de tais cargos, para corrigir as possíveis distorções existentes.

A remessa dessas novas mensagens virá ao encontro dos anseios de vários servidores públicos, todos eles ocupantes de cargos de direção e assessoramento superior.”

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). – Consulto a Liderança da ARENA se deseja ocupar o tempo que regimentalmente lhe é reservado?

O SR. DÁCIO LEONEL – Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). – Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei n.º 74/76, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, a sua Excelência Reverendíssima Dom Romeu Alberti, Bispo da Diocese de Apucarana. – Aprovado.

Redação Final do Projeto de Lei n.º 74/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º – Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, a Sua Excelência Reverendíssima Dom Romeu Alberti, Bispo da Diocese de Apucarana.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1978.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO – Presidente

WERNER WANDERER – Relator

O SR. NILSO SGUAREZI – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). – Questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI – Sr. Presidente, não tenho pessoalmente nada contra Dom Romeu Alberti, mas, por uma questão de coerência minha, continuo votando contra todos os títulos de Cidadão Honorário que aparecerem nesta Assembléia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). – Será anotado devidamente o voto contrário do Deputado Nilso Sguarezi.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei n.º 94/77, que cria uma Escola Técnica Agrícola no Município de Fênix, autorizando o Poder Executivo proceder sua instalação e funcionamento em 1978 e dá outras providências. – Aprovado.

Redação Final do Projeto de Lei n.º 94/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º – Fica criada, no Município de Fênix, uma Escola Técnica Agrícola, e o Poder Executivo autorizado a proceder a sua instalação, promovendo o seu funcionamento a partir de 1978.

Art. 2.º – O Chefe do Poder Executivo, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias da publicação desta lei, editará regulamentação e demais atos complementares necessários à consecução do objetivo aqui fixado, definindo a vinculação da Escola à Secretaria de Estado competente.

Parágrafo único – Fica fixada a localização da Escola na Reserva do Estado, situada naquele Município, definindo-se a sua extensão, área e demais complementações através da regulamentação prevista neste artigo.

Art. 3.º – Serão adotadas, pelo Poder Executivo, as providências cabíveis no sentido de prover na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 1978, os recursos necessários para

sua instalação e funcionamento.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1978.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
WERNER WANDERER — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 154/77, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Mamborê, com sede e foro na cidade do mesmo nome. — Aprovado.

Redação Final do Projeto de Lei n.º 154/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Mamborê, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1978.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
WERNER WANDERER — Relator

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da "Nota de Repúdio" assinada pelos Diretórios Centrais dos Estudantes da PUC e UFF, e publicada pelo jornal "O Estado do Paraná". — Em discussão.

O SR. DÁCIO LEONEL — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando voto de protesto contra o Almirante Heleno Nunes e a cúpula da CBD e Comando Técnico da Seleção Brasileira, pelas reiteradas atitudes que visam desprestigiar, inibir e impedir o afluimento das qualidades técnicas e profissionais do atleta Reinaldo, do Clube Atlético Mineiro. — Em discussão.

O SR. DÁCIO LEONEL — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, sugerindo-lhe sejam encaminhadas mensagens propondo reclassificação do Pessoal do Poder Judiciário, complementação da fixação dos vencimentos do Pessoal da Procuradoria Geral do Estado, passagem para simbologia DAS, de diversos cargos. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12/78.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 90/77 e 152/77.
Levanta-se a sessão.